

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
JOÃO VITOR VIEIRA SILVA
Matrícula 11521ECO024

**O DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO
RECENTE**

UBERLÂNDIA - MG
2023

JOÃO VITOR VIEIRA SILVA
Matrícula 11521ECO024

**O DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO
RECENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia sob a orientação do professor Humberto Eduardo de Paula Martins.

UBERLÂNDIA - MG
2023

JOÃO VITOR VIEIRA SILVA
Matrícula 11521ECO024

**O DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO
RECENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Economia.

Aprovada em:
Banca examinadora

Professor orientador Doutor Humberto Eduardo de Paula Martins
Universidade Federal de Uberlândia

Professor examinador Cássio Garcia Ribeiro Soares da Silva
Universidade Federal de Uberlândia

Professora examinadora Soraia Aparecida Cardozo
Universidade Federal de Uberlândia

O DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

João Vitor Vieira Silva¹

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

No período pós-redemocratização, a economia brasileira passou por transformações estruturais consideráveis, ampliando a participação do setor de serviços em relação aos demais. As interpretações para isso são diversas - tais como o processo de desindustrialização, variando entre “positiva” e “negativa”, além da reprimarização da pauta exportadora – sendo esta um desdobramento da desindustrialização e do efeito-China. De qualquer maneira, dentro do contexto histórico de globalização da economia e de liberalização e abertura da brasileira, tentar-se-á, analiticamente, descrever as principais mudanças no setor terciário brasileiro nos últimos anos, visualizando as suas principais características, tendências e razões para as flutuações de sua atividade, possibilitando uma ampliação da discussão. Além de um breve debate teórico acerca do tema, serão feitas análises quantitativas acerca do setor, tal como a visualização das transformações no setor.

Palavras-chave: Setor terciário; Dinâmica setorial; Serviços; Economia Brasileira Contemporânea; Brasil; Século XXI.

1. INTRODUÇÃO

Na transição do modelo de acumulação de capital presente durante a era Bretton Woods para o neoliberalismo, o setor de serviços gradativamente ganhou mais relevância econômica em relação à agropecuária e à indústria – tanto nos países centrais quanto na periferia capitalista. As explicações para este fenômeno são variadas e se deve considerar cada trajetória específica dos países a fim de elucidar as causas e consequências da desindustrialização e, conseqüentemente, do predomínio do setor terciário. Nesse processo o setor de serviços tende a tomar a maior parcela setorial ao longo do tempo se complexificando conforme os desdobramentos do desenvolvimento econômico, tomando cada vez mais a participação das atividades industriais do produto. Tal perspectiva será colocada com um maior detalhamento no decorrer do projeto perante a análise das óticas predominantes na literatura econômica, as quais avaliam os motivos para tal fenômeno tendencial de desindustrialização, tal como trazem os juízos conseqüentes, em caráter positivo ou negativo.

Especificamente no caso brasileiro, estas transformações se iniciaram lentamente na década de 1980, intensificando-se na subseqüente, sobretudo após as medidas de liberalização comercial e financeira, além dos próprios desdobramentos referentes ao Plano Real. Desde então, devido ao abandono das políticas industriais e à concorrência internacional, a indústria brasileira perdeu espaço e dinamismo econômico – tanto internamente quanto em sua participação na pauta exportadora. Frente a essa crescente da desindustrialização, como se comporta a nova economia brasileira baseada em serviços frente ao desafio de uma recessão prolongada?

No início dos anos 2000, o Brasil passou por algumas mudanças no tocante à política econômica que favoreceram o setor de serviços, tais como os programas referentes à distribuição de renda - notadamente o Programa Bolsa Família - e à valorização recorrente do salário mínimo, dando um novo impulso dinâmico, sem contar o cenário internacional favorável – efeito-China (alta demanda por commodities devido a sua expansão industrializante) e contexto de alta liquidez internacional.

No entanto, fatores internos – tentativa de mudança do modelo de crescimento econômico, isto é, a implementação da Agenda FIESP pelo governo Dilma, cujo objetivo seria realizar uma alteração macroeconômica em favor da indústria (CARVALHO, 2018) – e externos – desaceleração chinesa e retração da liquidez internacional – culminaram na redução do crescimento econômico brasileiro,

sobretudo no triênio 2014-2016². Dessa forma, a própria dinâmica do setor terciário como um todo – produção, produtividade, empregos, entre outros – foi afetada de maneira significativa.

O objetivo-chave da pesquisa será analisar a evolução e as transformações internas ao setor de serviços nos anos recentes, levando em consideração a trajetória histórica dos últimos quarenta anos, tal como integrar à discussão as pesquisas sobre o tema. Para isso, utilizou-se de um conjunto de dados referentes ao setor, além dos relacionados às variáveis macroeconômicas.

O setor terciário, pois, é de extrema relevância a compreensão da dinâmica da economia brasileira, uma vez que ele compreende uma fatia relevante da composição setorial do PIB e dos empregos disponíveis no contexto nacional corrente (MORAES; SABOIA, 2018, p.4). Esta pesquisa tentará realizar, a partir de então, análises acerca das transformações mais recentes da economia brasileira e seus impactos sobre os serviços, focando no serviço formal e privado, desconsiderando instituições financeiras, pela classificação do CNAE 2.0 utilizando dos dados dispostos da Pesquisa Anual dos Serviços realizada pelo IBGE. Dessa maneira, o presente trabalho se dividirá, além desta breve introdução e das considerações finais, em: definição teórica acerca do setor terciário; breve resumo do setor no período pós-redemocratização; transformações recentes e impactos da recessão 2014-2016 sobre o setor em questão, focalizando nas principais variáveis, isto é, valor agregado, pessoal ocupado, remuneração e produtividade do trabalho.

2. O SETOR DE SERVIÇOS E SUA CARACTERIZAÇÃO

Os serviços enquanto produto econômico se diferencia da definição de produção de bens por sua característica intangibilidade e instantânea perecibilidade, sendo que os processos de produção e consumo ocorrem simultaneamente (KON, 1996). Essa distinção se torna categoricamente dúbia na ocasião a qual os serviços são interdependentes da produção de certos bens, como exemplifica Kon (1996, p. 9) em suas palavras: “[...] qual deveria ser a categoria de uma padaria que fabrica seu próprio pão e distribui, porém distribui também outros bens fabricados por outras firmas? [...]”. Há aí então uma variabilidade de *spectrum* a contemplar a proporção de sua tangibilidade. Kon (1996, p. 10) então classifica o setor segundo suas características principais:

² A taxa de crescimento médio do PIB brasileiro no período 2014-2016 foi de -2,1% a.a (BANCO MUNDIAL, 2022).

[...] a) Classe 1 - quando o produto do sistema é consumido simultaneamente com sua produção, como no caso de tratamento médico, cabeleireiro, cinema entre outros; b) Classe 2 - quando o produto do sistema é a informação ou energia que pode ser estocada em algum equipamento para ser usada posteriormente, como no caso de uma firma de assessoria que estoca resultados de pesquisas em arquivos, disquetes de computador, e os vende em outro período de tempo, ou uma empresa de distribuição de gás engarrafado; c) Classe 3 - O produto do sistema é de fornecer atividades de apoio que facilitam a atividade de uma outra empresa ou família, como no caso da decoração de interiores, atividades financeiras, consultoria, transportes e comunicações, entre outras.

Pelo modelo Fischer-Clark, o setor de serviços é definido como o “setor residual”, ou seja, aquele que complementa e integra as demais atividades da economia dispostas em seus arredores. A característica principal desse setor é, portanto, a sua heterogeneidade, comportando atividades de graus de produtividade distintos; em uma ponta extrema, há o exemplo da “intermediação financeira”, uma das atividades mais produtivas da economia, enquanto que na outra têm-se o exemplo oposto, como no caso dos serviços domésticos (SABOIA *et al.*, 2020). Os serviços seriam então dispostos regionalmente conforme sua localidade, divididos em níveis de interurbano e intraurbano determinando assim sua propagação por acesso. O primeiro baseado no total da cobertura territorial correlacionando-a à distribuição populacional e seus serviços e a segunda a observar como estes estariam distribuídos na esfera municipal, principalmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas. Ligando os consumidores com estas atividades perante a proximidade, temos que os serviços mais básicos/comuns estariam disponíveis a uma abrangência maior de localidades enquanto serviços mais complexos podem ser mais comumente encontrados nos centros urbanos. Empresas localizadas em maiores pólos urbanos teriam maior interação interurbana enquanto as mais rurais teriam relações mais intraurbanas(MORAES; SABOIA 2018).

Nesse espectro classificatório, as atividades do setor de serviços são diferenciadas segundo a sua integração às demais atividades econômicas - do setor primário e secundário -, tendo uma maior integração setorial da primeira classe, representada pela autora, à terceira. As atividades do setor terciário, visto como residuais ao restante da economia - demonstrado na conceituação do modelo Fischer-Clark -, apresentam uma capilaridade geográfica mais representativa, estando dessa maneira próximas do consumidor final (KON, 1996). De modo abrangente, a fim de definir o setor de serviços, segundo arcabouço da teoria econômica contemporânea, Meirelles (2006, p. 125) apresenta três características a diferenciar: “[...] os serviços das demais atividades econômicas, a saber: fluxo, variedade e uso intensivo de recursos humanos”. A finalidade do serviço é uma outra forma de caracterizar a atividade conforme as suas particularidades; o autor o divide então em duas, entre os intermediários - ou serviços produtivos -, sendo aqueles prestados a outras industriais produtivas, e

serviços finais - ou serviços de consumo -, definido por aqueles prestados às famílias, entretenimento ou de fim coletivos e públicos (*ibidem*, 2006).

O setor terciário, por vezes, é entendido também conforme é integrado aos processos dos demais setores, como ele absorve destes ou mesmo pela forma a qual exerce influência sobre os demais, conforme se dá o desenvolvimento gradual da economia. Chang (2015) traz à tona variados questionamentos sobre a origem da produtividade do setor de serviços, principalmente em sua capacidade enquanto motor do desenvolvimento, sendo que, devido às características até então discutidas, certas atividades do setor não seriam passíveis a aumentar sua produtividade em relação ao tempo, como pode ser exemplificado nas atividades de caráter mais performático dentre os demais serviços. O autor acaba elencando então o setor manufatureiro como chave ao desenvolvimento econômico, justificando que mesmo os bons exemplos da implementação das inovações organizacionais tanto no setor de serviços quanto na agricultura, seriam adaptações de ideias já desvendadas e testadas no cerne industrial.

Essa percepção é introduzida a contrapor a noção recente da maior importância dos serviços para a complexidade da economia moderna. O fato é que o setor de serviços se vê em um crescimento tendencial compreendendo cada vez mais funções antes internalizadas na indústria, desde a década de oitenta - devido a crescente tendência a *outsourcing* das grandes empresas -, buscando reduzir os encargos sobre as funções de menor qualificação por meio da terceirização e subcontratação, sendo também, posteriormente externalizada nesse processo, as funções de maior qualificação como as da tecnologia da informação e até cruciais setores como o de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (FORNARI; GOMES, 2021). Outra ferramenta a expandir o setor de serviços nesse contexto é o *offshoring* que agrega o *outsourcing* a cadeias produtivas internacionalizadas, onde, contratando o serviço a ser externalizado localmente, tem a sua prestação executada fora do país de origem. Além dessas “técnicas” apresentadas, há igualmente uma curva de especialização ao alcance do produto e formador de sua demanda final (*ibidem*, 2021).

As frentes dessa incorporação de serviços mais especializados dentro da indústria podem ser divididas em 2 blocos: um vinculado aos custos de produção, compreendendo atividades de logística e transportes, manutenção, armazenagem, tal como questões infraestruturais mais generalizadas, comunicação, serviços financeiros prestados, funções terceirizadas e subcontratadas, entre outros; o segundo bloco compreenderia funções agregadoras de valor, como a busca de inovações e

diferenciação por meio dos serviços de P&D, *design*, consultoria, *software*, *branding marketing* e demais de mesma segmentação não aqui exemplificados (FORNARI; GOMES, 2021).

Esse segundo bloco - de serviços incorporados na indústria - apresentado no parágrafo anterior, corrobora o fundamento teórico base da “curva do sorriso da manufatura”, que apresenta as extremidades da produção manufatureira - pré-produção e pós-produção - como as maiores agregadoras de valor ao produto final. Grosso modo, a maior parte do que é incorporado ao valor do bem manufaturado final está mais ligado aos serviços nele concentrados, tanto em sua concepção (ex.: P&D e *design*) quanto em seu posicionamento de mercado (ex.: *branding e marketing*), do que na atividade propriamente industrial (SABOIA *et al*, 2020).

Essa reformulação produtiva por meio da transferência de funções do setor manufatureiro para o setor de serviços compreende o crescente processo de desindustrialização observado em várias economias, principalmente nos países centrais, onde o setor de serviços tornou-se o centro da sofisticação produtiva. Essa percepção é amplamente disseminada no debate econômico corrente; todavia, este raciocínio é contestado por Chang (2015), argumentando que a externalização de certas atividades da indústria se coloca como apenas uma realocação organizacional, isto é, invariavelmente de fim industrial, descrita no processo que vem ocorrendo nos últimos 40 anos e debatido nos últimos 2 parágrafos (*outsourcing* e *offshoring*). Nessa perspectiva, a observada redução dos preços da produção manufatureira em relação aos serviços, teria mais relação com o aumento crescente da capacidade produtiva industrial no decorrer do tempo em relação ao setor terciário, devido à característica particular dos serviços que por vezes limita a sua produtividade potencial. Além das mudanças classificatórias do que é considerado serviço ou produto manufaturado, o autor qualifica a desindustrialização por meio de uma “ilusão de ótica”:

[...] ao constatar a queda na fatia da manufatura na sua produção total, algumas empresas industriais vêm pedindo para serem reclassificadas como prestadoras de serviços, embora continuem realizando algumas atividades de fabricação. Um relatório do governo britânico estima que até 10% da queda no emprego industrial entre 1998 e 2006 no Reino Unido pode ser devido a esse “efeito de reclassificação”. (CHANG, 2015, p. 213)

Outro exemplo teórico a compreender esse comportamento tendencial está na transposição das atividades-fim da indústria para os serviços no que é por vezes nomeada como o processo de “servitização”. Nesse contexto, o produtor de manufatura, almejando uma maior agregação de valor e demais vantagens competitivas, oferta seu *output* produtivo ao final enquanto um serviço, prestando suporte ao seu produto ou cliente. Podendo separar assim esses serviços da manufatura categoricamente

em: serviços de base (ex.: bens e peças de reposição), intermediários (ex.: centrais de suporte, treinamento, revisão, manutenção e reparos) e, por fim, os avançados (ex.: suporte a clientes, contratos baseados em resultados) (BAINES *et al.*, 2017).

Levando em conta todos os processos apresentados, há um aumento tendencial da participação do setor terciário nas economias do mundo, aliado à perda de participação relativa do setor industrial, sendo uma característica compartilhada tanto por países centrais quanto pelos periféricos (BASTOS; PEROBELLI; SOUZA, 2008). Segundo os dados do Banco Mundial (2020), os serviços representavam, em 2019, 77% da economia dos EUA, 54% da chinesa, 65% da União Europeia e 68%, em média, para a soma dos países da América Latina e Caribe. Esse crescimento da participação do setor é muitas vezes percebida como uma evidência de um processo da propagação da doença de custos, sendo que a evolução da produtividade das atividades dentro do setor de serviços tem uma evolução inferior ao que seriam os setores da economia restantes (ROCHA, 1999).

Os serviços seriam compostos por atividades consideradas de baixa produtividade - na literatura econômica convencional -, devido ao seu isolamento no tratamento do mercado doméstico. Diferentemente do setor industrial, que tenderia a estar mais exposto aos efeitos da economia externa - como câmbio e comércio internacional -; os serviços seriam, portanto, afetados mais pelas movimentações da renda doméstica e sua distribuição do que das variabilidades externas (JACINTO; RIBEIRO, 2015, p. 402). Como exemplificado por Rodrik (2014), por mais que os serviços *tradables* no meio internacional tenham elevado a sua importância, estes geralmente empregam uma porção relativamente menor dos trabalhadores médios do setor de serviços como um todo, derivando de setores de alta produtividade demandando, pois, demasiada especialização.

O modelo de Baumol seria a base empregada a essa análise problemática da evolução setorial, apresentando uma preocupação à estagnação econômica em caso de uma crescente participação relativa dos serviços na economia. As limitações dessa ótica estariam contempladas na não compreensão das mudanças no dinamismo de certas atividades dentre os serviços em sua análise, que no exemplo do ramo de no setor de informática e telecomunicação, tem progressivos desenvolvimentos produtivos (ROCHA 1999).

A chamada “doença de custos” que Baumol *et al.* (2012) propôs em seu modelo tem como base aquelas atividades já descritas - que são impossibilitadas de terem sua produtividade elevada sem inferir no seu desempenho -, as quais ainda incorporaram uma fatia grande dos serviços, apesar das

mudanças de composição correntes. O aumento da produtividade de certas atividades eleva a remuneração dos trabalhadores lá empregados, o que pressionaria então as atividades sem impactos de produtividade - a qual Baumol *et al.* (2012) chama por “estagnadas” - a replicarem tal reajuste, implicando na transferência desse valor acrescido em salários para os custos. Por mais que surjam novas atividades de maior produtividade inata ou potencial a serem contextualizadas no panorama geral do setor terciário, a doença de custos ainda é estabelecida como um dilema econômico ainda irresoluto para essa lógica.

Evoluções no patamar da renda geral de uma economia podem também inferir em aumento na elasticidade-renda da demanda por serviços, exemplificado na definição da Lei de Engel, a qual dita que os gastos com alimentação caem conforme é acrescido a renda de forma proporcional. Explicando o vínculo com a complexidade econômica do desenvolvimento, visto tanto nos países centrais como nos periféricos, ao fenômeno do crescimento dos serviços (SABOIA *et al.*, 2020).

Como observado, a maior participação em serviços assim não necessariamente implica na doença de custos por si só. Até certa medida, essa transposição da economia como um todo para as atividades de serviços é uma ocorrência tendencial para todas as economias, uma evidência da maior ramificação de acesso do público consumidor aos mercados e intermediação produtiva setorial. Da mesma forma, torna-se evidente como a produtividade geral de uma economia é distribuída entre os setores nela integrantes, sendo pela pressão sobre custos nas atividades de produtividade “estagnadas”, ou pelo acréscimo na elasticidade-renda da demanda por serviços, incluindo então tais atividades.

Com todos os pontos aqui elencados, no decorrer dos capítulos posteriores tentar-se-á caracterizar a economia brasileira recente, com auxílio da contextualização teórica, a fim de compreender os dados levantados para o setor terciário brasileiro, onde se poderá investigar o seu comportamento ao longo da década passada (2010-2019), relacionando-o a evidências de outras pesquisas citadas.

3. A ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO ATÉ O PERÍODO CORRENTE

Para compreender a conjuntura econômica corrente, faz-se necessário uma análise do contexto histórico-econômico recente, determinando os dilemas de destaque a caracterizar as mudanças

prioritárias da tomada de decisão econômica do passado para o presente. Essas mudanças macroeconômicas vistas ao longo do tempo são absorvidas e adaptadas tanto pelos setores produtivos da economia, como também pelas famílias.

Iniciando o recorte então a partir da escalada inflacionária dos anos 80 e início dos 90, é visível sua importância na definição da economia brasileira que se estabeleceria posteriormente, a redemocratização é então só uma referência temporal a qual coincide com o contexto econômico compartilhado com os demais países em desenvolvimento no período. Esse descontrole pode ser traçado a partir do endividamento externo no período de crescimento anterior, apresentando-se como o grande paradigma econômico a ser enfrentado pelo governo pós-militar. Muitos planos foram alçados para a resolução do problema destacado, mas a estabilização consolidou-se somente com o Plano Real (CASTRO, 2011).

Até a chegada do “plano estabilizador definitivo”, isto é, na primeira metade dos anos 90, a economia nacional se abriu sem grandes impedidores às importações e aos capitais estrangeiros, vinculando a economia doméstica fortemente à internacional (CASTRO, 2011). Com a evolução do déficit público no período posterior ao Plano Real e as recentes crises mexicana (1994) e asiática (1997), o Brasil se viu na posição de estabelecer um acordo com FMI em 1998, abandonando a política de âncora cambial e definindo os primeiros passos para o regime de metas de inflação e, pois, do tripé macroeconômico – metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante (GIAMBIAGI, 2011). O foco então era firmado na estabilização econômica, a fim de evitar os sobressaltos dos indicadores como no período oitentista; assim, o modelo de crescimento teria, no novo milênio que se aproximava, um novo formato. Na transição do último mandato do FHC para o primeiro de Lula em 2003, tais diretrizes seriam então reafirmadas, apesar da insegurança manifestada por parte dos setores da economia, sobretudo quando Lula era apontado como favorito nas eleições, em relação a tal continuidade (*ibidem*, 2011).

Partindo dos anos 2000, as oportunidades de evolução econômica apresentadas se consolidaram na crescente demanda interna - com a evolução positiva da distribuição de renda e nos ganhos reais do salário-mínimo-, tal como na evolução da demanda doméstica e internacional dos recursos naturais brasileiros em abundância e, por fim, manifestavam-se também no horizonte de crescentes investimentos públicos e privados em infraestrutura a serem realizados no país (BIELSCHOWSKY, 2014). A economia brasileira crescia em sua complexidade, impactada nessas distintas frentes

combinadas. Na observação dos pesquisadores do IPEA (BIELSCHOWSKY; SQUEFF; VASCONCELOS, 2014, p. 141), esse período de crescimento econômico no decorrer dos anos 2000 é subdividido em três momentos, sendo o comportamento do investimento o objeto em questão:

Entre 2000 e 2008 [...] o investimento da economia como um todo cresceu, em média, 4,8% a.a., mais que o valor adicionado (3,2%). A evolução da FBCF se deu em três fases: declínio ou estagnação, nos anos de baixo crescimento (2000-2003); recuperação, junto com a economia (2003-2005); e forte expansão, bem superior ao crescimento do PIB, de 2005 a 2008. Em 2009, de forma pró-cíclica, o investimento se retraiu, sob o impacto da recessão provocada pela crise mundial [...].

Chaib *et al.* (2021, p.12) ressalta a queda da concentração de renda e dos índices de pobreza, tal como a demasia de investimentos em programas sociais no período como alguns pontos positivos e particulares ao otimismo dos agentes econômicos conferido aos dois mandatos do governo Lula e Dilma I (2003-2014). Em suas palavras, o autor qualifica tais políticas como “[...] uma questão de justiça social, conferem maior estabilidade social e ampliam a propensão a consumir”.

Segundo Martins (2022), a desconfiança do mercado financeiro em relação aos rumos que a economia tomava se solidificam com a redução da taxa Selic em 0,5% pelo COPOM em 2011 - início do primeiro governo Dilma – e, invariavelmente, desencadearia por fim na crise vista em seu segundo mandato. O autor aponta essa decisão - tal como as subseqüentes para o índice, ressaltando que em outubro de 2012, a taxa de juros, Selic alcançou “[...] o menor patamar da série histórica contemporânea”, atingindo o valor de 7,25% e sustentado até 17 de abril do ano seguinte -, como o alicerce da ruptura de confiança na política monetária, que estabelecia o barateamento dos custos de crédito da economia. Martins (2022) ainda ressalta a clara preferência política do “planalto” naquele momento pelos interesses do que chama de coalizão “produtivista” em relação ao que aponta como coalizão “rentista”, evidenciando uma clara mudança de rota do que fora a abordagem de ampla mediação dos interesses adversos, vista nos dois governos Lula:

A reorientação da política monetária seria parte de um conjunto mais amplo de medidas, no qual se destaca a política de desonerações tributárias e a maior restrição ao gasto público e a busca por uma taxa de câmbio mais desvalorizada – o que muitos chamaram de “nova matriz macroeconômica [...]” (*ibidem*, 2022, p. 49)

Os desempenhos positivos da economia eram interrompidos por uma estagnação desde então, deflagrada enquanto crise em 2015. Na visão *mainstream*, a problemática já se germinava no constrangido desenvolvimento da renda *per capita*, nos baixos crescimentos da produtividade no período Lula e agravados pelas diretrizes da “nova matriz econômica”; na ótica heterodoxa, o fator problemático desse período estava então presente na supervalorização do real sustentada por um

prolongado período e o agravamento era essencialmente a conjuntura externa (LIMA; FONSECA, 2021).

Paula e Pires (2017, p. 132) também destacam o desencadeamento de problemas na transição de 2015 para 2016 nos exemplos da “[...] deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, o aumento da taxa de juros”. A política austera do período, para os autores, não foi suficiente para contornar a confiança do mercado; aliando a alta na taxa de juros a uma baixa oferta de crédito, era estabelecido o *credit crunch*, impedindo qualquer reversão da tendência recessiva – ou políticas anticíclicas - da economia vivenciada no período (PAULA; PIRES, 2017).

O fato é que a crise se apresentou de forma definitiva na transição para o segundo governo Dilma, culminando em processos de rompimento da estabilidade política e econômica. Pode-se destacar os fatores exógenos domésticos, como a crise hídrica energética entre 2013 e 2015, a ofensiva da operação Lava-Jato a constranger o crescimento da economia no período de 2014 até 2016, manchando a posição do crédito brasileiro internacionalmente, levando em conta a importância das companhias afetadas pelo escândalo de corrupção, que contribuíram fortemente na frente infraestrutural do crescimento de 2003-2009 (LIMA; FONSECA, 2021). De acordo com Borges (2017 *apud* LIMA; FONSECA, 2021) o maior impacto para a constituição da crise foram os fatores exógenos internacionais, com o fim do superciclo das *commodities* correspondendo, no máximo, a 54% da desaceleração do PIB *per capita* brasileiro entre os períodos de 1999 a 2011 e 2012 a 2017.

A economia brasileira, que caminhou para uma reprimarização da pauta exportadora desde a virada do século - com o *boom* das *commodities* -, engatado pelo crescimento da demanda chinesa por esses produtos entre 2000 a 2014, demonstrou-se altamente dependente dos saldos comerciais positivos de seu período de crescimento recente (LEUTWILER, 2016). Apesar dos avanços prévios, a recessão econômica que iniciaria em 2014 se estenderia indefinidamente ao longo da década. Dessa forma, o recuo chinês que buscava suavizar sua exposição à ainda repercutida crise financeira de 2008, colocaria a economia brasileira em uma fragilização não previamente resguardada (*ibidem*, 2016).

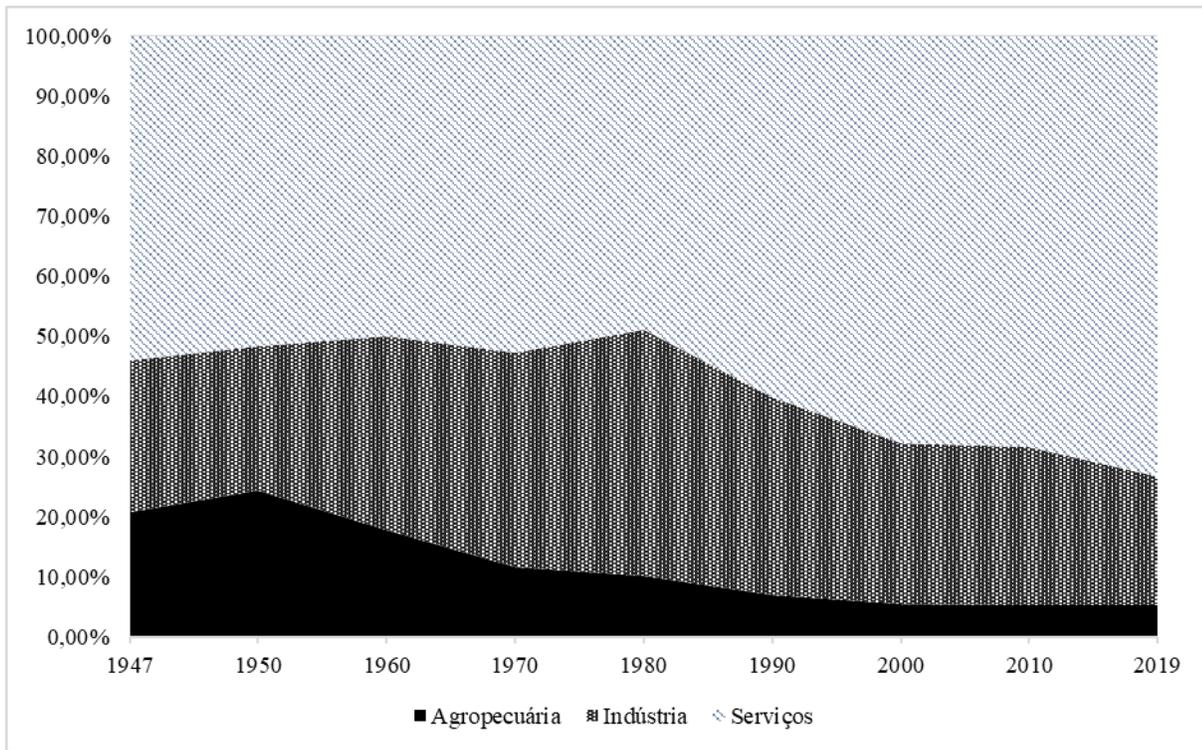
Partindo de 2011, a economia brasileira entra em um processo de desaceleração do crescimento, a qual é agravada em 2014 em diante, como no exemplo do desempenho médio negativo em torno de -3,5% a.a no biênio 2015-2016 - considerado o pior recorte dos últimos 35 anos da economia, no que tange ao crescimento econômico e ao PIB *per capita*. O Brasil foi absorvendo uma posição mais fragilizada que seus pares latino-americanos ou demais países emergentes do mundo para a mesma

temporalidade, comparando suas respectivas tendências (BALASSIANO, 2017). Dessa forma, muito comumente a década compreendida entre os anos de 2011 a 2020 é chamada como “a nova década perdida” na literatura econômica recente, devido ao desempenho insatisfatório do crescimento econômico no período pós-2014, considerado o pior desempenho em 120 anos da economia nacional, com uma taxa de crescimento média real entre 2011-2020 inferior ao das demais décadas compreendidas desde 1901 (1901-1910...2011-2020) (*ibidem*, 2020).

A diferença dessa crise de 2008 para a crise de 2014-2016 seria a característica endógena da posterior. Para Marquetti e Oreiro (2022), as duas crises estariam, apesar dessa distinção, umbilicalmente relacionadas. Buscando contornar os efeitos da crise internacional de 2008, a crise de 2014-2016 fora assim consequentemente desencadeada, com as políticas de incentivo fiscal e a redução da taxa de juros, reduzindo a taxa de desemprego a um ponto de permitir “ganhos salariais acima da produtividade” para os trabalhadores. A crise na transição para o segundo governo Dilma estaria então diretamente relacionada a retração dos lucros privados em relação ao empenho com salários, restringindo o investimento. A resolução da política econômica desde então vinha buscando a contenção dos salários e manutenção do desemprego, por intermédio de sucessivas austeras políticas fiscais – além da própria Reforma Trabalhista aprovada durante o governo Michel Temer (*ibidem*, 2022). Laura Carvalho(2018) já aponta para como a retirada do investimento público da economia sem uma correspondência de um investimento privado, como fora projetado pela cartilha macroeconômica da FIESP, foi um dos grandes catalisadores para esta crise recente vivida no meio da década.

A força da pauta de controle inflacionário vivido até a definição do Plano Real e o temor permanente de seu possível retorno desde então instaurado, são pontos-chave à compreensão da prevalência de argumentos mais favoráveis à rigidez fiscal no debate econômico nacional presente. Da mesma forma que a abertura econômica para mercado estrangeiro no início dos anos 90 e compromisso com o tripé macroeconômico empenhado e reafirmado pelas autoridades econômicas desde o fim da mesma década demonstraria o caminho ao qual a economia brasileira caminharia até o presente.

Estas mudanças estruturais trouxeram uma significativa alteração na economia brasileira, podendo ser demonstrada na variação da composição setorial brasileira. Estendendo na temporalidade de 1947-2019, partindo de dados do PIB em valor adicionado corrente dispostos no sistema de contas nacional, pode ser plotado o seguinte gráfico demonstrativo:

Gráfico 1 - Evolução da composição setorial brasileira (1947-2019)

Fonte: IBGE; Elaboração própria.

Os serviços entre 1947 aos 1985 mantiveram uma posição estável próxima aos 50% da composição setorial, enquanto para o mesmo período a indústria crescia tomando aos poucos a participação do setor primário. Em 1950, o setor agropecuário abrangia 24,26% da economia brasileira, enquanto o industrial representava 24,15% da mesma composição; 35 anos passados, alcançando a data de 1985 – ano que marca o fim do regime militar brasileiro -, a composição setorial estava de 11,12% para o setor primário e 42,27% para a indústria, quase alcançando o tamanho da participação de serviços, que para o mesmo ano, somava 46,61% daquela economia. Esse longo período, compreendido até meados dos anos 80, representou um período de crescente industrialização da produção nacional, simultaneamente com o encolhimento do setor agropecuário e a relativa estabilidade da participação do setor de serviços.

Posteriormente, desde a redemocratização brasileira até período recente, a composição setorial reflete a tendência de queda do setor primário, ao passo que se torna notável a mudança tendencial em relação ao setor secundário. Os indícios de desindustrialização se apresentam fortemente nesse momento histórico específico, saindo da marca dos 42,27% em 1985 para 21,49% em 2019. O setor terciário, assim, detém uma participação crescente desde então, rompendo a barreira aproximada dos

50% da economia, chegando a 60,06% em 1990 e alcançando 70,24% em 2014, representando 73,39% do valor adicionado da economia brasileira em 2019.

Pode-se realizar periodizações no que diz respeito à economia brasileira: economia primário-exportadora; industrialização restringida; industrialização pesada; estabilização e desindustrialização; transformação para uma economia de serviços (MELLO, 2005). Evidentemente, essas qualificações estão sujeitas a críticas e mediações históricas, cujo foco desta pesquisa não é propriamente essa temática.

As atividades dentro do setor de serviços representam cada vez mais o “elo dinâmico” da economia brasileira corrente, tornando assim essencial a investigação mais pormenorizada desse setor, tanto em sua caracterização mais teórica quanto por meio dos dados dispostos que o referenciam, a fim de compreender essa “nova era” da economia brasileira.

Levando em consideração o contexto econômico apresentado até então com a caracterização feita sobre a natureza do setor de serviços, restaria então ao artigo corrente integrar o vasto arcabouço teórico previamente elencado às pesquisas já feitas nesse sentido, o que será visto mais detalhadamente no próximo item. A compreender melhor a experiência econômica brasileira vista neste capítulo conforme a literatura de serviços detalhadamente apresentada anteriormente.

4. O SETOR DE SERVIÇOS DA ECONOMIA BRASILEIRA: A EVOLUÇÃO DO VALOR AGREGADO E DO EMPREGO NO PERÍODO

O caso brasileiro não corrobora para a doença de custos de Baumol; na pesquisa de Jacinto e Ribeiro (2015), para as temporalidades de 1996-2002 e 2002-2009, levando em conta o aumento da produtividade relativa do setor terciário no período citado comparado ao desempenho da indústria, os autores apontam:

[...] Além de sua marcante heterogeneidade, os serviços apresentaram uma dinâmica em parte similar e em parte diferente da indústria. De forma comum aos setores, a dinâmica da produtividade foi determinada em grande parte pelo desempenho intrasetorial. Ambos os setores não apresentaram um bônus estrutural positivo, em que, na média, setores com ganho de produtividade não apresentaram ganho de importância no emprego. Por outro lado, a realocação do emprego nos serviços contribuiu positivamente para o crescimento da produtividade, enquanto que na indústria essa realocação (alterações estruturais) teve impacto negativo na dinâmica da produtividade industrial.

No estudo mais regionalizado para o setor terciário, limitado à região Sudeste, desenvolvido por Bastos, Perobelli e Souza (2008), estaria evidenciado que quanto maior o dinamismo setorial, tanto de serviços quanto indústria, maior a interação e diversificação das atividades ali convergidas. O desempenho crescente do setor terciário nacional seria assim um crescimento do dinamismo econômico que o cerca.

Saboia *et al.* (2020), em um maior escopo temporal, apresenta como a já demonstrada expansão do setor de serviços que ocorreu na economia partindo do recorte do ano de 1980 até 2013 não teria atingido uma expansão da renda média nacional, como vista nos países desenvolvidos, mantendo uma evolução *per capita* de 1,18% a.a em média para todo o período. O encolhimento da manufatura afetou assim o setor terciário, pela queda significativa do consumo intermediário de serviços feita pela indústria. Assim, origem dos impactos de produtividade do setor terciário no período observado está na queda do dinamismo manufatureiro e não uma decorrência dos seus próprios movimentos que, como visto no parágrafo anterior, seria relativamente alto caso se desconsidera os efeitos do desempenho manufatureiro (*ibidem*, 2020).

É possível então conciliar estes dados apresentados no artigo composto por Saboia *et al.*(2020) à percepção da desindustrialização precoce vista em Palma (2014), onde se difere o processo da desindustrialização de economias mais maduras daquelas pequenas e médias – sendo estas aquelas economias onde ainda não teriam alçado o *catch-up* do desenvolvimento. O processo de desindustrialização de uma economia, cujo desenvolvimento já atingiu a sua maturidade, não necessariamente seria impactada em níveis de renda e crescimento econômico, enquanto aquelas economias desenvolvimento comparativamente defasado sofrem efeitos na renda, como vistos no parágrafo anterior (*ibidem*, 2014).

Com tais indícios apresentados, o mercado de trabalho brasileiro para o setor terciário teve uma forte aquecida na virada do milênio. Saboia *et al.* (2020, p.166), utilizando os dados da PNAD, demonstra que “[o] pessoal ocupado no setor terciário passou de 49,2 milhões em 2004 para 61,6 milhões em 2015”, isto é, houve um crescimento ocupacional acumulado de aproximadamente 25%, sendo a saúde pública um dos principais motores desse crescimento, expandindo a força de trabalho em 91,8%. Outros 3 segmentos de crescimento acima de 50% de ocupação que Saboia *et al.* (2020, p. 166) traz são “[...] saúde mercantil; serviços de alojamento e alimentação; e serviços prestados às empresas.”. Os únicos segmentos impactados negativamente no emprego entre 2004-2015 foram

serviços domésticos (-2,2%) e produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (-0,25%). Apesar da queda, o serviço doméstico é ainda um dos maiores representativos da força de trabalho em serviços - representando aproximadamente 10% do setor -, atrás apenas da parcela referente ao comércio (24,3%), enquanto o segmento de distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana é o menos representativo do setor (0,9%). (*ibidem*, 2020).

Em um recorte a expandir a temporalidade, sobre o período de 2003-2014 mais especificamente (o qual representaria a maior expansão da economia brasileira recente), Moraes e Saboia(2018, p.22) trazem a frente os seguintes dados da RAIS(Relação anual de Informações Sociais) para o setor de serviços:“[...]As quatro variáveis confirmam o crescimento dos serviços ao longo dos anos. O número de empregos teve uma taxa de crescimento de 70,14%, o número de estabelecimentos cresceu 61,12%, a massa salarial 124,5% em termos reais, e o salário médio real teve um aumento de 31,94%[...]”. É demonstrado dessa maneira como a reversão desse patamar expansivo foi a quebra de um ciclo maior de crescimento econômico e que um novo ciclo de baixa se estabeleceu seguindo a partir de 2014 a ser ainda investigado no trabalho presente.

Para os propósitos da presente pesquisa, utilizou-se da classificação da CNAE 2.0 para caracterizar o setor de serviços – detalhadamente descritos na seção subsequente -, contando com o auxílio dos dados coletados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

4.1 OS SERVIÇOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

As definições as quais conceituam o setor terciário por totalidade são extremamente distintas entre si -como reconhecido na seção teórica do corrente artigo- justamente devido sua caracterização residual, de alta pulverização e constante mudanças classificatórias; sendo necessário na seção presente determinar alguma delimitação para um escopo mais definitivo, ao que corresponderá daqui a diante enquanto atividades de serviço. Os dados do setor terciário a serem apresentados correspondem aos da pesquisa anual de serviços realizado pelo IBGE que, por meio de um questionário a ser preenchido pelas empresas do setor, caracteriza estruturalmente as atividades por estas companhias prestadas, tal como aponta as transformações ocorridas ao longo do tempo. A periodicidade escolhida será de 2007 a 2019.

O primeiro ano do recorte temporal correspondeu a uma mudança da métrica de classificação, compatibilizando-a com a mesma realizada internacionalmente, além de a atualizar referindo-se às mudanças ocorridas ao sistema produtivo do setor. Esta classificação substituiu a CNAE 1.0, referenciada até o ano de 2006.

Na CNAE 2.0, o setor de serviços é classificado em 7 grupos diversos a englobar o setor de serviços - desconsiderando em sua métrica o comércio, que detém a própria pesquisa particular, e o setor financeiro, por particularidades das contas nacionais; os agrupamentos são os seguintes³:

Quadro 1 – Subdivisão do setor de serviços (CNAE 2.0)

Serviços prestados às famílias	1
Serviços de informação e comunicação	2
Serviços profissionais, administrativos e complementares	3
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios	4
Atividades imobiliárias	5
Serviços de manutenção e reparação	6
Outras atividades de serviços	7

Fonte: IBGE – Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Assim os dados presentes não alcançarão o escopo total do setor de serviços, excluindo atividades dentro da informalidade, que correspondem a uma fatia considerável do setor conforme as classificações presentes na segunda seção deste artigo. Da mesma forma, a atividade financeira e governamental não estão incluídas dentre as atividades de serviços abordadas

Primeiramente, faz-se necessário uma análise da possível repercussão das mudanças negativas no clima econômico geral para as empresas do setor de serviços participantes da PAS, tal como atribuí-las a uma tendência de crescimento participativo do setor, respondendo a este contexto histórico específico. Observando os dados agregados da pesquisa, pode-se inferir que o período, apesar das reações adversas, teve um crescimento importante em seu valor adicionado total, tendo apenas uma

³ No Apêndice A, há as atividades que englobam cada grupo em questão.

leve desaceleração após o ano de 2014, demonstrando uma possível recuperação posterior ao período de 2018 para 2019.

A variação anual média do valor adicionado entre 2007 e 2013 foi de 18,95% (Tabela 1), demonstrando a força tendencial sob um ambiente econômico estável, enquanto para o período 2014-2019 tem-se um crescimento médio anual do índice de apenas 4,5% (Tabela 2), aproximadamente; por sua vez, a variação de 2018 para 2019 de 10,15% possivelmente sinaliza um retorno da dinâmica setorial, ainda que não se traduzisse em expansão da dinâmica econômica como um todo – haja vista o crescimento de 1,2% do PIB em 2019 (BANCO MUNDIAL, 2022):

Tabela 1 – Variação anual do valor adicionado bruto(em %) (2008-2013)

Grupos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação anual média (2007-2013)
1	17,61	23,96	20,67	23,21	18,38	16,08	19,54
2	9,11	9,14	15,76	10,19	12,06	5,04	28,27
3	24,96	17,59	18,37	17,30	15,20	12,58	11,26
4	17,85	10,60	21,45	17,20	15,73	10,87	23,52
5	37,91	27,01	16,62	27,28	19,66	5,02	19,72
6	17,74	11,30	22,85	13,85	17,69	11,51	32,39
7	21,77	8,41	13,66	21,06	11,57	14,80	20,08
Total	18,32	13,90	18,42	16,61	14,92	10,72	18,95

Fonte: IBGE – Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Tabela 2– Variação anual do valor adicionado bruto(em %) (2014-2019)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação anual média (2014-2019)
1	22,56	-0,81	3,54	4,80	1,52	9,43	3,26
2	4,51	3,63	2,74	7,80	6,83	10,54	5,92
3	12,71	3,03	3,35	-0,34	6,82	9,05	3,94
4	17,55	-1,59	1,20	3,65	6,19	9,25	3,29
5	18,55	-1,55	-10,16	13,57	10,30	-0,94	1,63
6	14,79	-2,84	1,68	10,13	4,36	7,13	3,61
7	5,82	13,27	8,39	5,74	10,54	24,87	13,20
Total	13,07	1,83	2,55	3,75	6,39	10,15	4,49

Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Para o primeiro período (2007-2013), os setores-destaque foram “Serviços de manutenção e reparação (32,39% a.a)” e “Serviços de informação e comunicação (28,27% a.a)”, tendo nos Serviços profissionais, administrativos e complementares a menor média de crescimento (11,26%). Por sua vez, o período subsequente teve nas “Outras atividades de serviços” um papel central, destoando-se dos demais subgrupos (13,2%); a menor taxa média de crescimento foi das “Atividades imobiliárias”, com grandes flutuações ao longo do período.

Para além do valor agregado, a seguir será pormenorizada a trajetória tanto das remunerações quanto do pessoal ocupado no setor de serviços, além da própria evolução da produtividade do trabalho, buscando razões para a reversão de caminhos das variáveis em questão.

4.2 EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR DE SERVIÇOS

O mesmo comportamento de desaceleração pode ser observado nos salários e demais remunerações - incluindo a participação nos lucros distribuída a empregados, honorários da diretoria, remuneração de sócios cooperados como também retiradas pró-labore - do setor analisado no período (Tabelas 3 e 4). Anteriormente ao impacto, variava em média 20,05% a.a (2007-2013) – cujos destaques se centraram em “Serviços profissionais, administrativos e complementares”, seguido dos “Serviços prestados às famílias” -, mas no período subsequente, a variação anual média foi na magnitude de 5%, aproximadamente – sendo “Outras atividades de serviços” e “Atividades imobiliárias” os grupos de destaque. A grande particularidade reside neste último, haja vista a sua baixa evolução no valor adicionado bruto em comparação aos demais, a despeito do desempenho notável nas remunerações.

Não menos relevante, deve-se destacar a metodologia de cálculo ao ajuste do salário mínimo enquanto causa da baixa evolução das remunerações de um período a outro, já que levava em consideração o desempenho do PIB dos dois anos anteriores – 2015 e 2016 representaram, cada um, uma queda em torno de 3,5% do indicador (BANCO MUNDIAL, 2022) -, além da inflação do ano anterior.

Tabela 3 – Variação anual dos salários, retiradas e outras remunerações(em %) (2008-2013)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação anual média (2007-2013)
1	13,44	17,69	20,02	19,16	16,84	12,02	21,42
2	15,95	13,18	23,70	12,33	7,54	16,38	18,31
3	22,36	11,94	24,73	20,85	10,78	11,47	22,14
4	16,91	12,14	16,91	16,79	14,96	13,39	19,05
5	16,06	17,29	15,77	20,60	12,02	11,05	19,49
6	15,35	13,65	16,94	14,14	13,11	8,95	16,52

7	32,36	0,27	13,98	18,34	9,65	8,68	16,19
Total	18,93	12,31	21,04	17,80	12,03	12,64	20,05

Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Tabela 4 – Variação anual dos salários, retiradas e outras remunerações(em %) (2014-2019)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação anual média (2013-2019)
1	22,64	9,64	7,65	5,37	6,40	3,43	6,14
2	11,20	8,50	3,66	2,65	5,93	6,36	5,01
3	14,04	8,41	3,30	2,06	4,70	9,31	5,13
4	11,07	8,65	2,96	2,81	1,96	3,84	3,63
5	10,44	13,54	6,11	3,32	6,67	10,30	7,74
6	15,06	7,43	8,23	4,39	3,55	3,44	5,00
7	11,23	10,24	6,50	4,55	7,42	14,42	8,48
Total	13,74	8,78	4,18	3,01	4,61	6,74	5,06

Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

A problemática, porém, é notada principalmente se for analisada a questão do emprego. Entre 2007 e 2013, o setor de serviços teve uma média anual de 7,14% acrescidos em postos de trabalho ocupados, enquanto para 2014-2019 foi observada uma retração média anual de 0,2% - média puxada sobretudo pelo triênio 2015-2017. A única atividade sem nenhuma repercussão negativa no decorrer do período em pessoal ocupado foi “Atividades imobiliárias”, a qual viu apenas uma leve desaceleração durante o período.

Tabela 5 - Variação anual do pessoal ocupado em 31/12(em %) (2008-2013)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação anual média (2007-20 13)
1	8,93	4,34	9,17	11,70	7,09	2,65	7,48
2	4,20	6,33	9,63	9,70	5,76	9,46	7,75
3	8,77	6,93	11,08	9,79	3,37	4,08	7,51
4	7,32	7,37	8,12	6,19	4,96	5,11	6,57
5	7,04	4,47	8,67	21,57	5,47	7,05	9,54
6	7,52	4,05	6,48	6,29	5,52	5,88	5,93
7	8,68	0,95	8,17	5,32	1,15	1,72	4,09
Total	8,05	6,02	9,61	9,26	4,69	4,42	7,14

Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Tabela 6 - Variação anual do pessoal ocupado em 31/12(em %) (2014-2019)

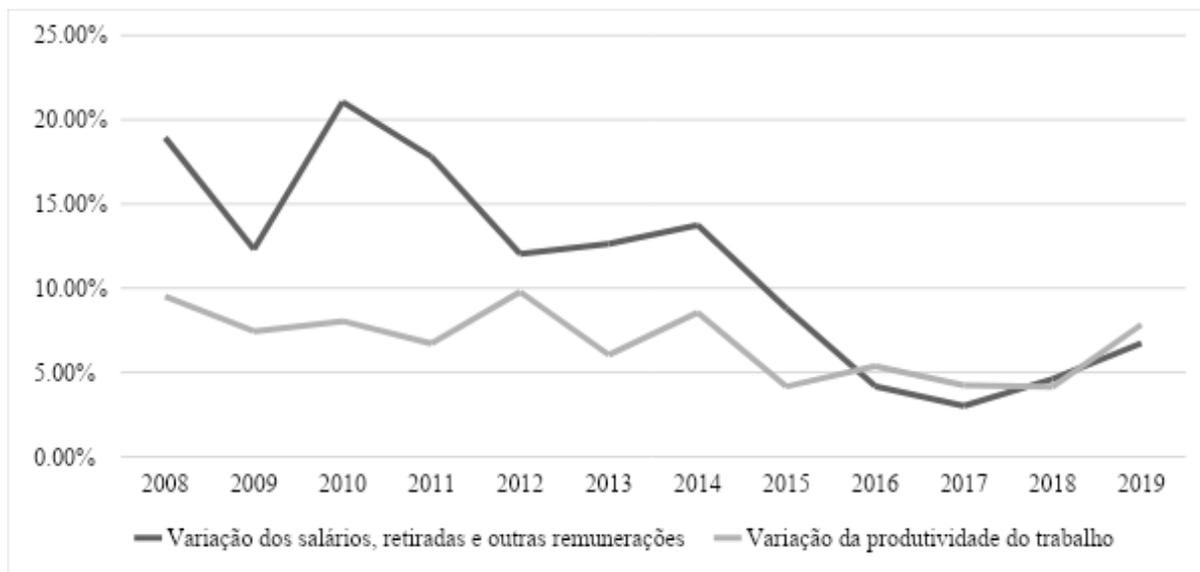
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação anual média (2013-20 19)
1	7,33	0,24	-1,81	-1,54	4,18	-1,46	-0,09
2	3,32	-2,17	-3,39	-2,36	3,76	5,49	0,17
3	3,13	-3,17	-3,59	0,30	2,78	3,96	0,01
4	4,08	-3,11	-3,05	-0,30	-2,31	0,93	-1,28
5	8,11	6,41	4,41	3,10	3,83	3,94	3,94
6	1,98	-4,15	-2,58	-0,29	0,45	0,73	-0,97
7	0,55	-3,91	2,29	-0,71	4,56	4,22	1,06
Total	4,18	-2,24	-2,68	-0,47	2,14	2,15	-0,20

Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Tendo em vista os efeitos da crise brasileira deflagrada em 2014 e observados do setor de serviços de forma mais generalizada, é notável a reação do setor, tendo correspondências variadas conforme as atividades atribuídas, cujo maior impacto recaiu claramente sobre o emprego, apesar do aumento remuneratório médio.

Considerando o setor como um todo, isto é, sob uma ótica agregada, percebe-se nítidas diferenças entre os períodos quando as variáveis são confrontadas de maneira comparativa (Gráfico 2). Durante o período 2008-2013, os salários cresceram acima da produtividade⁴ em todos os anos, ao passo que no subsequente (2014-2019), essa tendência se inverteu em três anos – 2016, 2017 e 2019. Essa transformação, além de se dar em um contexto de retração econômica, também é explicada pelo próprio cálculo da valorização do salário mínimo adotada à época.

Gráfico 2 – Comparação entre salários e produtividade



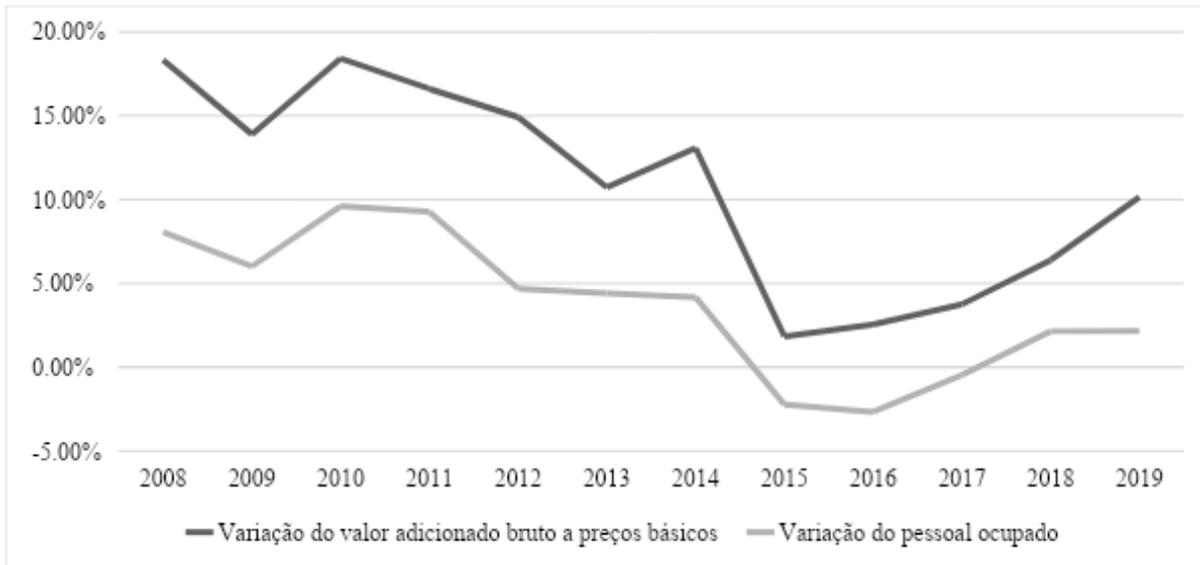
Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

Todavia, os indicadores positivos de produtividade durante o período recessivo podem esconder as suas reais causas (Gráfico 3). Na verdade, os valores – ainda que menores em relação ao período anterior – foram positivos devido a uma maior queda na variação do pessoal ocupado em comparação à regressão no valor agregado bruto que, apesar disso, permaneceu com taxas positivas – recorte temporal que englobava a elevação abrupta da taxa de desemprego na economia brasileira (BANCO MUNDIAL, 2022). Em outras palavras, a produtividade do trabalho permaneceu relativamente

⁴ Razão entre valor agregado bruto a preços básicos e pessoal ocupado.

estagnada sob uma situação crítica de desemprego elevado, cujas consequências sobre a economia são perversas, pois não se trata de uma evolução “altruísta” desta variável-chave.

Gráfico 3 – Comparação entre valor adicionado bruto e pessoal ocupado



Fonte: IBGE- Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

O caso mais emblemático é o setor imobiliário: se, durante o período recessivo (2014-2019), foi o substrato cujo desempenho em relação ao pessoal ocupado foi o melhor, mas, simultaneamente, foi o que apresentou menores taxas de crescimento do valor agregado bruto. Logo se trata do elemento constituinte do setor terciário com pior desempenho de produtividade do trabalho.

O setor de serviços sofreu uma reversão em sua atividade, seguindo a mesma tendência da economia nacional; isto fica evidente ao visualizar, analiticamente, a evolução das principais variáveis. Para isso, fez-se necessário contextualizar as causas dessa reversão, considerando fatores endógenos ao setor – como no caso das Atividades Imobiliárias –, tal como os elementos externos – por exemplo, a regra da valorização do salário-mínimo. Ademais, não se trata somente do atual período histórico: todas as transformações do pós-redemocratização criaram pré-condições para que o setor terciário tornasse o “elo dinâmico” da economia brasileira, a despeito das suas particularidades em relação aos países centrais – notadamente, a desindustrialização.

Resumidamente temos então reações distintas para as variáveis ‘Pessoal Ocupado’ e ‘Remuneração’ em relação aos contextos encontrados no decorrer da pesquisa corrente, tanto no

período expansivo observado(2007-2013) quanto a estagnação(2014-2019). Definindo o fim da evolução progressiva dos salários acima da produtividade e do emprego nas atividades integrantes do setor de serviços do primeiro recorte para o segundo. Resumindo as duas variáveis principais frente a frente nesses períodos determinados, fica nítido a perda da propulsão do motor do crescimento econômico entre estes momentos:

Tabela 7 - Evolução das remunerações e do pessoal ocupado (em %)

	2008-2013	2014-2019
Salários, retiradas e outras remunerações	20,05	5,06
Pessoal ocupado	7,14	-0,20

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Elaboração própria.

A repercussão das problemáticas vistas no panorama mais generalista da economia brasileira, revisado na bibliografia do capítulo anterior, se desencadeia também em meio às variáveis aqui analisadas para os serviços. A forte dinâmica setorial de altos patamares não se sustenta assim descolada dos contextos os quais se integra. A discussão apresentada sobre a reprimarização da economia aliada também a das características da desindustrialização nacional, trazem possíveis diagnósticos a tamanha fragilização dos indicadores econômicos internos.

Após o olhar analítico sobre as variáveis-chave do setor de serviços, cujo objetivo era a elaboração de suas principais transformações, cabe agora realizar algumas conclusões gerais, a fim de colaborar com pesquisas futuras sobre a temática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, sumarizou-se os principais movimentos do setor terciário brasileiro durante os últimos anos, levando em consideração os movimentos cíclicos que a economia do país foi submetida, além da realização de um panorama histórico envolvendo o processo de desindustrialização

brasileira e a conseqüente elevação da participação dos serviços no PIB - sobretudo no pós-redemocratização -, tornando-se o elo dinâmico da economia nacional.

Utilizando-se de dados referentes à Pesquisa Anual de Serviços, fica evidente dois momentos distintos da dinâmica do setor: entre 2007 e 2013 que, a despeito da crise internacional, a economia brasileira se recuperou com relativa rapidez e, conseqüentemente, o setor de serviços teve um desempenho melhor se comparado com o período recessivo (2014-2019).

Ao analisar a evolução do setor, em sua totalidade, percebe-se que a variável mais impactada durante a recessão consistiu no pessoal ocupado, cuja variação média anual foi negativa, próxima a zero - a despeito de uma certa recuperação no biênio 2018-2019. Ou seja, as taxas positivas de produtividade no setor de serviços durante a recessão foram por conta de uma maior queda do pessoal ocupado em relação ao valor adicionado bruto, isto é, representa um “resultado perverso” a esta variável em questão.

Se tornando notável então a maneira em que o setor como um todo teve sua capacidade ociosa drasticamente ampliada durante o período recessivo. O aumento da produtividade apresentado foi somente a manifestação do brusco “freio” à forte expansão tendencial do emprego vista na área de serviços até então. Levando em conta ainda a importância relativa que os serviços levam para a geração de emprego no país, correspondendo a aproximadamente $\frac{3}{4}$ do total, os dados estagnantes da variável ‘pessoal ocupado’ observado ganham o devido peso dimensionado a realidade brasileira.

As remunerações, por sua vez, possuem uma dinâmica mais particular, por conta do reajuste do salário mínimo, além de obedecer às flutuações de demanda por trabalho. Em 2007-2013, isto é, um contexto de mercado aquecido, atrelado à evolução significativa do salário-mínimo, as remunerações cresceram acima da produtividade em todos os anos. Todavia, durante a recessão, elevou-se a taxa de desemprego da economia, pressionando os salários para baixo; a evolução do salário-mínimo teve uma reversão, por conta do mau desempenho econômico do país, alterando a dinâmica entre salários e produtividade.

As remunerações foram assim mais afetadas no período de 2014-2019, a reajustar o setor como um todo a realidade do desaceleramento econômico no momento sob o recorte, sendo uma brusca conseqüência à deterioração observada na geração de emprego. Evidenciando o setor terciário como o

elo a potencializar dinamicamente os demais setores da economia, da mesma forma que é estimulado positivamente pelo dinamismo desses setores distintos nele integrado.

Apesar da resiliência e dinamismo aqui reiterado do setor terciário brasileiro analisado (PAS), ele não foi imune a crise nacional deflagrada em 2014. A deterioração do ciclo econômico virtuoso iniciada pouco depois da virada do milênio, pode ser diretamente traçada a uma maior dependência externa, como vista na revisão teórica da presente dissertação. O setor de serviços tem um grande poder integrativo, a entrelaçar cadeias produtivas distintas e geograficamente deslocadas, de forma a elevar a eficiência potencial; de absorver parcialmente os ganhos produtivos industriais além de se desenvolver pelo próprio, mas o conjunto de atividades nele arranjado depende de outras mais advindas dos demais setores, primários e secundários.

A dinâmica do setor de serviços assim não pode ser tomada, em si mesma, independentemente dos demais componentes da economia, como já bem apresentado até aqui. Talvez o grande desafio do Brasil esteja atrelado à incorporação das tecnologias concernentes à Quarta Revolução Industrial, a fim de elevar a produtividade, a qualificação dos trabalhadores e estimular a demanda do país - que, via *spill over*, poderá gerar serviços de alta qualidade a essa ponta pouco representativa mas mais dinâmica do setor. Esse cenário passa necessariamente pela necessidade do Estado em tomar a dianteira do processo, com políticas públicas de longo prazo, promovendo as transformações estruturais necessárias a fim de elevar a competitividade da economia do país - levando em consideração a inserção específica nas cadeias globais de valor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAINES, T. *et al.* *Servitization: revisiting the state-of-the-art and research priorities*. Emerald Publishing Limited: *International Journal of Operations & Production Management*, Vol. 37 n° 2, p.256–278, 2017.

BALASSIANO, M. ‘Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais’. Portal FGV, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

_____. ‘Desempenho da Economia Brasileira entre 1980 e 2016: Uma Análise da desaceleração Brasileira pós-2010’. ANPEC, Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i4-51d65313e2065888875e25bafbb8d47d.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2022.

BANCO MUNDIAL. *Services, value added. % of GDP* 2019. World Bank, 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NV.SRV.TOTL.ZS?end=2020&start=2020&view=map&year=2019>> Acesso em: 15 de março de 2022.

BASTOS, S. Q.; PEROBELLI F. S.; SOUZA, K. B. O Dinamismo do Setor de Serviços e sua Interação com o Setor Industrial: uma análise para a Região Sudeste no período pós Plano Real. In: *ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA*. Salvador, 2008.

BAUMOL, W. J., *et al.* *The Cost Disease: Why Computers Get Cheaper and Health Care Doesn't*. Yale University Press, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E AS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO NO BRASIL: UM DESENHO CONCEITUAL. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M.(org.). *PRESENTE E FUTURO do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada., p. 115-131, 2014.

BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G.C.; VASCONCELOS, L. EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NAS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2000. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M.(org.). *PRESENTE E FUTURO do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada., p. 135-164, 2014.

CARVALHO, L. B. de. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, L. B. de. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989) In: GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; CASTRO, L. B.; HERMANN, J.(org.). *Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]*. 2° ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, p. 97-125, 2011.

_____. Esperança, Frustração e Aprendizado: Privatização, Abertura e Desindexação: a Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994) In: GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; CASTRO, L. B.; HERMANN, J.(org.). *Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]*. 2° ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, p. 131-161, 2011.

CHAIB, D. C. *et al.* A política fiscal no Brasil entre 2003 e 2018: uma interpretação pós-keynesiana. *A Economia em Revista*, v. 29, n. 2, p. 1-15, 2021.

CHANG, H.-J. *ECONOMIA: MODO DE USAR: UM GUIA BÁSICO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS ECONÔMICOS*. Brasil: Portfolio-Penguin, 2015.

FORNARI, V. C.; GOMES Rogério. Relações entre Diferentes Segmentos de Serviços e Indústria de Transformação: uma Análise Comparada a partir de Matrizes de Insumo-Produto. *Análise Econômica*, v. 39, n. 80. Porto Alegre, p. 251-284, 2021.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J.(org.). *Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]*. 2º ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, p. 165-193, 2011.

_____. Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J.(org.). *Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]*. 2º ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, p. 197-233, 2011.

JACINTO, P. de A.; RIBEIRO, E. P. crescimento da produtividade no setor de serviços e da indústria no Brasil: dinâmica e heterogeneidade. *Economia Aplicada*, v. 19, n. 3. Economia FEA-RP/USP, p. 401-427, 2015.

KON, A. *Evolução do setor terciário brasileiro*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa e Publicações-EASP/FGV, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3034/P00158_1.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2022.

LEUTWILER J. F. P. *Reprimarização da pauta de exportação e a atual inserção internacional brasileira (2000-2014)*. Dissertação de Mestrado UNESP/Marília. Ciências Sociais, 2016.

MARQUETTI, A.; OREIRO, J. L. O que ocorreu na economia brasileira? Uma réplica a Samuel Pessôa. *O Estado de São Paulo [online]*, São Paulo, 16 de junho 2022. Economia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/o-que-ocorreu-na-economia-brasileira-uma-replica-a-samuel-pessoa.shtml>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

MARTINS, N. M. Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011-2016): um ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo. *Economia e Sociedade*, v. 31, n. 1. Campinas, 2022.

MEIRELLES, D. S. O Conceito de Serviços. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 1 (101), 2006. p. 119-136. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/VMnhc7zXJ8QHKGbKGhzrNwr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Facamp, 2009.

PALMA, J. G. De-Industrialisation, “Premature” De-Industrialisation And The Dutch-Disease. *Revista NECAT*, Ano 3, nº 5. Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, p.7-23, 2014.

PAULA, L. F. de; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*. [S.l.]: FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>>, 2017.

ROCHA, F. *Composição do crescimento dos serviços na economia brasileira: uma análise da matriz insumo-produto (1985-1992)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997.

RODRIK, D. *'Are services the new manufactures?'*. Princeton: Project Syndicate. 2014.

SABOIA, J. *et al.* Produtividade e mercado de trabalho no setor de serviços no Brasil: Avanços e persistência das desigualdades no período 2004-2015. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 50, n. 3. Rio de Janeiro, p.160-197, 2020.

MORAES, P; SABOIA, J. Desconcentração regional do setor de serviços na economia brasileira e sua articulação com a indústria de transformação: uma análise do período 2003/2014. *IE-UFRJ DISCUSSION PAPER*. Rio de Janeiro, 2018.

APÊNDICE A – SUBDIVISÃO DAS ATIVIDADES CNAE 2.0

Quadro 2 - Subdivisão das atividades dentre os 7 grupos estabelecidos(CNAE 2.0)

1-Pesquisa Anual de Serviços CNAE 2.0						
1.1-Serviços prestados às famílias	1.2-Serviços de informação e comunicação	1.3-Serviços profissionais, administrativos e complementares	1.4-Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios	1.5-Atividades imobiliárias	1.6-Serviços de manutenção e reparação	1.7-Outras atividades de serviços
1.1.1-Serviços de Alojamento	1.2.1-Telecomunicações	1.3.1-Serviços técnicos-profissionais	1.4.1-Transporte ferroviário e metroviário	1.5.1-Compra, venda e aluguel de imóveis próprios	1.6.1-Manutenção e reparação de veículos automotores	1.7.1-Serviços auxiliares da agricultura, pecuária e produção florestal
1.1.2-Serviços de Alimentação	1.2.2-Tecnologia da informação	1.3.2-Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	1.4.2-Transporte rodoviário de passageiros	1.5.2-Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	1.6.2-Manutenção e reparação de equipamentos de informática e comunicação	1.7.2-Serviços auxiliares, financeiros, dos seguros e da previdência complementar
1.1.3-Atividades recreativas e culturais	1.2.3-Serviços audiovisuais	1.3.3-Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	1.4.3-Transporte rodoviário de cargas		1.6.3-Manutenção e reparação de objetos pessoais e domésticos	1.7.3-Esgoto, coleta, tratamento, disposição de resíduos e recuperação de materiais
1.1.4-Serviços pessoais	1.2.4-Edição e edição integrada à impressão	1.3.4-Agência de viagens, operadores turísticos e outros serviços de turismo	1.4.4-Transporte dutoviário			
1.1.5-Atividades de ensino continuado	1.2.5-Agências de notícias e outros serviços de informação	1.3.5-Serviços de investigação, vigilância, segurança, e transporte de valores	1.4.5-Transporte aquaviário			
		1.3.6-Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	1.4.6-Transporte aéreo			
		1.3.7-Serviços de escritório e apoio administrativo	1.4.7-Armazenamento e atividades auxiliares aos transportes			

	1.3.8-Outros serviços prestados principalmente às empresas	1.4.8-Correio e outras atividades de entregas		
--	--	---	--	--